

06 FEV 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## TJ define Sepat como vencedora de licitação

Edson Ferreira

*Reportagem Local*

**Londrina** - A empresa catari-nense Sepat Multi Service será contratada pelo prazo inicial de um ano para a mão de obra da merenda escolar em Londrina. A confirmação foi feita pelo secretário municipal de Gestão Pública, Rogério Carlos Dias, a partir da decisão da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, que manteve a empresa como vencedora da licitação encerrada em agosto do ano passado. Sepat e Costa Oeste, que também disputou a concorrência, travavam batalha judicial para garantir o contrato com o município.

A Sepat, que já presta o serviço mediante contrato emergencial, vai receber R\$ 1,1 milhão por mês. Segundo Dias, a contratação será confirmada apenas depois da publicação do acórdão pelo TJ. O secretário prometeu que não haverá interrupção do serviço, mesmo com o vencimento do contrato temporário no dia 14. "Temos propostas para um novo emergencial, caso demore a publicação pelo Tribunal de Justiça."

Com o desfecho da licitação da mão de obra da merenda, agora a Prefeitura espera concluir ainda este mês a contratação das empresas de transporte rural escolar. Dias informou que, dos 15 lotes em disputa, oito estão homologados, uma vez que as empresas apresentaram a documentação necessária. "Uma empresa de Fortaleza (CE) que disputava cinco lotes não apresentou todos os documentos e agora foi chamada a segunda colocada, de Manaus (AM)." O custo do serviço é de R\$ 18,4 milhões por ano.

# FOLHA DE LONDRINA 06 FEV 2014

## Após polêmica, PR anuncia pagamento de precatórios

Mariana Franco Ramos  
Reportagem Local

**Curitiba** - O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), autorizou ontem a liberação de R\$ 200 milhões para quitar 1.300 débitos de precatórios. Segundo ele, os pagamentos serão feitos do menor para o maior valor, a partir de R\$ 28 mil. Os títulos são referentes a dívidas que as administrações emitem para ressarcir quem ganha na Justiça demandas contra o Executivo.

O anúncio acontece quase duas semanas após o Estado ter sido acusado de não repassar, no final do ano passado, uma parcela mensal de 2% da receita corrente líquida para o pagamento de precatórios, embora o Executivo tenha até movimentado recurso de depósitos judiciais tributários. Ao menos parte desse tipo de recurso deve ser obrigatoriamente destinado a pagamento de precatórios.

"Muitas dessas pessoas estavam há mais de 15 anos aguardando. São famílias que até tinham perdido as esperanças de receber", disse o governador. De acordo com o chefe do Executivo, o Paraná possui 2.550 precatórios inscritos aguardando pagamento e, com essa medida, cerca de 50% serão quitados.

A notícia repercutiu também na Assembleia Legislativa (AL). O líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), falou que o Estado demonstra não estar tão mal financeiramente, "como andam dizendo por aí". Já o presidente estadual do PT, Enio Verri, afirmou que não se trata de bondade, e sim de obrigação. "Eu acredito que o motivo de alarde e de festa é que fazia alguns meses que eles não pagavam a conta", ironizou.

### OAB contesta números

**Curitiba** - Para o presidente da Comissão de Precatórios da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná, Emerson Fukushima, apesar de positiva, a medida anunciada pelo governador "nem de longe" resolve o problema do pagamento dos títulos no Estado. Segundo ele, ao contrário do que anuncia o Executivo, a dívida atual é correspondente a 3.697 pessoas e já supera R\$ 5,9 bilhões.

"R\$ 200 milhões só fazem cócegas. Nem de longe quitam 50%. Devem chegar no máximo a 10% e olhe lá. Mas para quem está esperando há tanto tempo, é uma notícia importante sim", disse.

Fukushima lembrou que, em novembro do ano passado, a OAB-PR já enviou ofício à Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) solicitando o aumento em 100% no pagamento dos débitos. "2% (da receita corrente líquida) é o mínimo. Para quitar todos os pendentes desde 2009 em 15 anos, sendo que já se passaram cinco, seria necessário acelerar (o ritmo)", acrescentou.

O advogado afirmou ainda que o governo vem depositando com atraso o valor necessário na conta do Tribunal de Justiça (TJ) designada para esse fim. "Em 2013, foram só 11 depósitos e, agora em janeiro, já ficaram inadimplentes novamente. A gente vê essa situação com muita preocupação". (M.F.R.)



06 FEV 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

**Detenção.** Operação conjunta prendeu ontem no norte do país europeu o ex-diretor do Banco do Brasil, foragido desde 15 de novembro; para ministros do STF, são poucas as chances de sucesso no pedido do País de devolução do condenado porque ele tem dupla cidadania

# Pizzolato é capturado na Itália e governo do Brasil começa batalha por extradição

Andreza Matais / BRASÍLIA  
Jamil Chade / GENEBRA

O ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato foi preso ontem pela manhã na Itália, após uma operação conjunta das polícias brasileira, italiana, espanhola e argentina. Condenado a 12 anos e sete meses de prisão no julgamento do mensalão, ele foi o único dos condenados no processo que fugiu. Estava foragido desde o dia 15 de novembro, quando foi decretada sua prisão. Sua detenção em Maranello, no norte do país europeu, deve deflagrar uma batalha jurídica pela sua extradição.

Sua prisão ocorreu na casa em que vivia em Maranello com o sobrinho Fernando Grando, que trabalha na famosa fábrica de automóveis Ferrari, cuja sede mundial fica na cidade. Ele chegou ao local após uma fuga iniciada em setembro de 2013 que contou com passagens por Argentina e Espanha. Pizzolato, que também tem cidadania italiana, usou o passaporte de um irmão que morreu há 36 anos, apenas trocando a fotografia do documento e colocando uma sua. O irmão do petista também tinha dupla cidadania.

Com o ex-diretor do Banco do Brasil foram apreendidos € 15 mil e US\$ 2 mil. Pizzolato foi transferido para a cadeia de Modena, onde passaria a noite.

“Ele (Pizzolato) vai esperar um acordo entre o governo brasileiro e o italiano, mas não é competência nossa. O nosso dever era só prendê-lo”, disse o coronel Carlo Carrozzo, do departamento operacional de Modena.

Ontem mesmo, pouco depois do anúncio de sua prisão, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse, em Brasília, que o governo pedirá sua extradição. Ele informou que assim que a prisão for formalmente comunicada pela polícia italiana, o Ministério da Justiça entrará em contato com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, a quem cabe formalmente fazer a solicitação. “Ao Brasil cabe pedir extradição e assim o faremos”, disse. A Procuradoria-Geral da República iniciou os procedimentos para que a extradição seja pedida.

**Incertezas.** O problema é que há incertezas quanto ao sucesso do pedido. Ministros do Supremo dizem que são poucas as chances de os italianos entregarem o petista porque ele tem dupla cidadania. De acordo com o

ministro decano do STF, Celso de Mello, um eventual pedido de extradição poderá ser uma “medida inócua”. “É juridicamente inviável qualquer pedido de extradição”, afirmou, citando o caso do ex-banqueiro Salvatore Cacciola, que tem dupla cidadania e fugiu para a Itália em 2000. A Itália rejeitou o pedido de extradição. Cacciola somente foi preso e enviado ao Brasil quando viajou para Mônaco. “O ordenamento positivo da Itália torna inextraditável qualquer nacional italiano”, disse.

**CONTINUA**

06 FEV 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

### CONTINUAÇÃO

#### PF vai investigar participação de mulher e sobrinho

● A Polícia Federal abriu inquérito ontem para investigar a suposta participação da mulher e de um sobrinho de Henrique Pizzolato na fuga do ex-diretor do Banco do Brasil para a cidade de Maranello, na Itália. Pizzolato também irá responder no Brasil pelo crime de falsificação de documentos, que pode aumentar sua pena pela participação no esquema do mensalão definida em 12 anos e 7 meses. Ele fugiu do País em setembro passado usando a identidade de um irmão que já morreu. Além do passaporte, Pizzolato tirou carteira de identidade e título de eleitor em nome desse irmão.

A mulher dele, Andrea Haas, o acompanhou em toda a fuga. Conforme a PF, foi ela quem comprou a passagem de avião que levou Pizzolato da Argentina a Barcelona. Ela estava com o marido ontem quando ele foi capturado na casa do sobrinho, Fernando Grandó, que é engenheiro da Ferrari. Grandó trabalha na empresa há nove anos e desenvolve motores para os carros da Fórmula 1. Outros parentes de Pizzolato também foram investigados pela PF durante as buscas por seu paradeiro. / A.M.

Já o ministro Marco Aurélio Mello afirmou que há o “óbice da dupla nacionalidade quanto à extradição”. Outro componente que poderá atrapalhar ainda mais a entrega de Pizzolato ao Brasil será um eventual indiciamento dele na Itália por uso de documento falso. No caso, o passaporte do irmão. No entanto, em nota divulgada ontem à tarde, a Procuradoria-Geral da República afirmou que o tratado de extradição assinado pelo Brasil e pela Itália não proíbe totalmente a extradição de italianos para o Brasil. “O Código Penal, Código de Processo Penal e a Constituição italiana admitem a extradição de nacionais, desde que expressamente prevista nas convenções internacionais”, diz a Procuradoria.

No mensalão, Pizzolato foi acusado de liberar irregularmente o repasse de R\$ 73 milhões da Visanet para a DNA Propaganda, agência de publicidade de Marcos Valério. O petista sempre negou que o dinheiro tenha sido desviado e já demonstrou interesse em ter um novo julgamento na Itália sobre o caso.

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### O CAMINHO DA PRISÃO

# 06 FEV 2014

● Ex-diretor do Banco do Brasil, condenado no julgamento do mensalão a 12 anos e 7 meses de prisão, estava foragido desde novembro passado

**QUEM É Henrique Pizzolato**  
 Servidor de carreira do Banco do Brasil e sindicalista filiado ao PT, foi diretor da Previ, fundo de pensão dos funcionários do banco, e diretor de Marketing da instituição financeira no 1º mandato do governo Lula, período em que o mensalão foi revelado. Em 1990, candidatou-se ao governo do Paraná. Neto de italianos, Pizzolato tem a cidadania do país europeu



2012

30 de agosto

Supremo Tribunal Federal condena, durante o julgamento do mensalão, o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e peculato

21 de novembro

Supremo define sua pena:  
**12 anos e 7 meses** Multa de **R\$1,3 milhão**

2013

4 de setembro

Supremo Tribunal Federal rejeita recurso apresentado por Pizzolato

11 de setembro

Pizzolato foge para a Itália. Ele vai do ① Brasil (Dionísio Cerqueira/SC), de carro, até ② Bernardo de Irigoyen, na Argentina, e depois segue para ③ Buenos Aires. De lá, embarca para ④ Barcelona, provavelmente com o passaporte do irmão morto. Da Espanha, segue para a ⑤ Maranello, Itália.



13 de novembro

Após rejeitar o recurso de Pizzolato, Supremo diz que prisão pode ocorrer a qualquer momento

15 de novembro

Ministro Joaquim Barbosa, presidente do STF, decreta a prisão de Pizzolato; agentes da Polícia Federal do Rio aguardam a apresentação do condenado, o que não ocorre

16 de novembro

Então advogado de Pizzolato, Marthius Sávio Lobato avisa à Polícia Federal que seu cliente fugiu para a Itália. Em carta, o condenado diz que, aproveitando a dupla cidadania, vai apelar para um novo julgamento no país europeu. Pizzolato passa a ser considerado foragido da Justiça

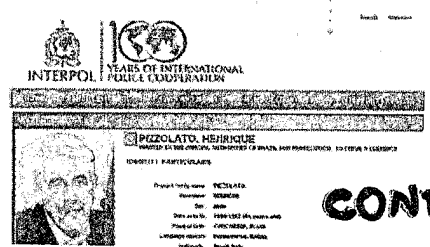
18 de novembro

Nome de Pizzolato é incluído na lista de foragidos da Interpol

2014

5 de fevereiro

Pizzolato é preso na casa de um sobrinho em Maranello, na Itália, e transferido para Modena



CONTINUA

# 06 FEV 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

**ANÁLISE:** Danilo Borges de Araújo

## Chance de haver extradição é muito baixa, mas existe

O tratado de extradição entre Brasil e Itália entrou em vigor em 1993 e já foi evocado em casos como os de Achille Lollo, Salvatore Cacciola e Cesare Battisti. Neste último caso, a posição do governo

Luiz Inácio Lula da Silva de não extraditar o militante de esquerda acusado de terrorismo e assassinato causou problemas diplomáticos entre os dois países. Agora, é hora de a Itália analisar o caso de Henrique Pizzolato.

É importante mencionar que a mútua obrigação no tratado não menciona expressamente uma obrigação de extradição de seus próprios nacionais: “Cada uma das partes obriga-se a entregar à outra, mediante solicitação, segundo as normas e condições estabelecidas no presente tratado, as pessoas que se encontrem em seu território e que sejam procuradas pelas autoridades judiciárias da parte requerente, para serem submetidas a processo penal ou para a execução de uma pena restritiva de liberdade pessoal.”

Faculta que se recuse a extradição “quando a pessoa reclamada, no momento do recebimento do pedido, for nacional do Estado requerido”. Nesse contexto, abre-se brecha para um novo julgamento. Pizzolato, inclusive, já demonstrou em ver as acusações do mensalão serem analisadas na Itália.

Nos termos do tratado é pouco provável que a Itália extradite uma pessoa que é, para todos os efeitos, também italiano. O Brasil, a Constituição proíbe a extradição de brasileiros. A constituição italiana, porém, consente a extradição de cidadãos do país, exceto em casos de crimes políticos. Essa é a janela que o Brasil tentará aproveitar para trazer Pizzolato de volta.

\*

PROFESSOR DA DIREITO GV

06 FEV 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

### Entre Jeová...

Enquanto acertava a apresentação de **João Paulo Cunha** à Justiça, sem alarido e holofotes – coisa que conseguiu –, o advogado **Alberto Toron** participava de julgamento, em caráter pro bono, no STJ. Conseguiu trancar ação proposta pelo MP de São Paulo contra casal de Testemunhas de Jeová.

Em 1993, eles negaram consentimento para transfusão de sangue em sua filha, então com 13 anos. A menina morreu, e os pais foram acusados de assassinato.

### ...e Hipócrates

Toron evocou o Código de Ética médica, que dita: quando houver perigo de vida, o médico não precisa de autorização para adotar os procedimentos necessários e salvar o paciente. “E o Código Penal legitima a conduta do médico que assim age”, explica.

O julgamento, entretanto, não foi concluído porque houve pedido de vista.



06 FEV 2014

# GAZETA DO POVO

## Pressionado, governo libera R\$ 200 milhões para pagar precatórios

A medida, porém, está longe de ser suficiente para reduzir de forma significativa o total devido pelo estado, cerca de R\$ 6 bilhões, segundo estimativas

*Euclides Lucas Garcia,  
com colaboração de  
Chico Marés e Katna Baran*

Após forte cobrança da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), o governo do Paraná e o Tribunal de Justiça (TJ) entraram em acordo para liberar R\$ 200 milhões para o pagamento de precatórios. O recurso estava represado em uma das duas contas especiais destinadas exclusivamente para pagar esse tipo de dívida. A medida, porém, está longe de ser suficiente para reduzir de forma significativa o total devido pelo estado. Estimativas apontam que o estoque de precatórios em mãos de credores é de pelo menos R\$ 6 bilhões.

Precatórios são dívidas do estado reconhecidas definitivamente pela Justiça. Para pagar esses débitos, o governo

repassa mensalmente 2% da sua receita ao TJ — cerca de R\$ 40 milhões (leia ao lado). O dinheiro é dividido em duas contas: uma para o pagamento dos precatórios em ordem cronológica — do mais antigo para o mais novo —; e outra para acordos diretos com os credores, por meio dos quais o Executivo consegue obter desconto em relação ao valor de face (integral) do documento — nesse caso, também é preciso respeitar a ordem de cronologia. Há em torno de R\$ 400 milhões depositados em cada uma das contas.

Há duas semanas, a Comissão de Precatórios da OAB-PR criticou o fato de esoss recursos estarem parados no banco, sem explicação, enquanto os credores seguiam sem perspectivas de receber os precatórios. Ontem, após dias de intensas conversas entre o Executivo estadual e o TJ, o governador Beto Richa (PSDB) assinou o decreto 10.032 definindo que R\$ 200 milhões serão liberados para o pagamento de precatórios do menor para o maior valor, a partir de R\$ 28 mil. A expectativa do governo com a medida é quitar cerca de 1,3 mil dos 2,5 mil precatórios em mãos de credores.

A listagem a ser seguida será elaborada pela Central de Precatórios do TJ, que vai atualizar o montante devido.

Pelo decreto, o pagamento será feito de acordo com o valor de face do documento.

“O anúncio é positivo, sobretudo por dar um alento a alguns credores. Mas o governo vai conseguir pagar muito pouco (3,34%) do que deve”, afirmou Emerson Fukushima, presidente da Comissão de Precatórios da OAB-PR.

### Polêmica

O anúncio da assinatura do decreto repercutiu ontem na Assembleia. O deputado Enio Verri, presidente do PT do Paraná, disse que a medida não significa que o governo deixou para trás as dificuldades financeiras. “É como um cidadão que está devendo em uma loja há quatro meses e, quando consegue pagar uma prestação, fica feliz.”

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### Devoluções à Caixa chegam a R\$ 1,4 milhão

■ Nos últimos dez dias, o governo do Paraná devolveu à Caixa Econômica Federal cerca de R\$ 1,4 milhão sacados irregularmente de 42 contas envolvendo depósitos judiciais de natureza não tributária. O valor, porém, deve aumentar nos próximos dias, uma vez que o Tribunal de Justiça e a Caixa ainda estão levantando qual o montante total acessado sem amparo legal. À medida que os casos são detectados, o Executivo é comunicado e recebe prazo de 48 horas para recompor os valores.

Os depósitos judiciais consistem em quantias em disputa entre duas partes. Enquanto não sai uma decisão definitiva da Justiça, o dinheiro fica congelado em uma conta administrada pelo Judiciário. Em disputas que envolvam tributos, o Executivo é autorizado a sacar uma parte do dinheiro para pagar precatórios e dívidas consolidadas, com a incumbência de devolver o recurso no futuro. Não é permitido, porém, acessar as verbas não tributárias.

#### Ações

No fim do ano passado, dezenas de advogados, ao vencerem ações não tributárias de clientes na Justiça e tentarem sacar o dinheiro na Caixa, encontraram as contas zeradas. Eles foram informados pelo banco que o governo do estado havia sacado os recursos. Inicialmente, o Executivo negou que tivesse acessado os valores. Dias depois, porém, admitiu que sacou equivocadamente R\$ 365 mil de 23 contas. Ontem, o próprio governo afirmou que ainda está levantando os valores exatos do caso. (ELG)

# 06 FEV 2014

## PARCELAS

### Governo atrasa pagamentos e OAB cobra pontualidade

Desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 62, de 2009, o governo do Paraná é obrigado a repassar mensalmente 2% da sua receita ao Tribunal de Justiça (TJ) – cerca de R\$ 40 milhões atualmente – para o pagamento de precatórios. Até ontem, no entanto, a parcela referente ao mês de janeiro ainda não havia sido paga. O atraso pode impor ao estado restrições como a impossibilidade de contrair empréstimos e de receber transferências voluntárias da União. A situação se repetiu ao longo de todo o ano passado, quando o Executivo repassava os valores ao TJ com até 20 dias de atraso, sem os devidos juros e a correção monetária sobre o valor total. A parcela de dezembro de 2013, por exemplo, só foi paga no dia 21 de janeiro, minutos depois de a reportagem da **Gazeta do Povo** questionar os motivos do atraso no repasse.

"Aguardamos que o governo anuncie o aumento dos repasses e o pagamento em dia das parcelas", defendeu Emerson Fukushima, presidente da Comissão de Precatórios da OAB-PR.

Por meio da assessoria de imprensa, o governo estadual informou que, legalmente, tem até o 5º dia útil do mês para fazer o repasse. Portanto, fará o pagamento na próxima sexta-feira. Garantiu também que a parcela de fevereiro será paga dentro do mês de fevereiro. Por fim, afirmou que uma auditoria da Secretaria

## SEM PREVISÃO

O governador Beto Richa (PSDB) voltou a afirmar ontem que a dívida de R\$ 1,1 bilhão com fornecedores "está sendo equalizada", mas não deu um prazo para que a situação seja normalizada. "Estamos equalizando todos os pagamentos. Conversamos com a Secretária da Fazenda, Jozélia Nogueira, para disponibilizar um valor ainda maior para alguns fornecedores com quem ainda temos algum atraso. Nós vamos pagar", disse o governador.

da Fazenda concluída ontem mostrou que todos os repasses de 2013 foram feitos e que, inclusive, o estado repassou ao TJ R\$ 8 milhões a mais do que deveria. (ELG)

06 FEV 2014

## GAZETA DO POVO

**Celso  
Nascimento**

### **Finanças do Paraná vão bem, obrigado**

**A**pós ser avisado de que o não recolhimento mensal de 2% da receita líquida para pagamento de precatórios poderia lhe trazer aborrecimentos tão graves quanto o de responder por crime de improbidade administrativa, o governador Beto Richa mandou liberar, ontem, R\$ 200 milhões para este fim. O estado não recolhia os valores à conta especial do Tribunal de Justiça desde dezembro e a OAB-PR já se movimentava para obrigar o estado a cumprir a lei.

O anúncio da liberação foi feito pelo líder do governo na Assembleia, Ademar Traiano, com curiosos tons festivos. Segundo ele, a liberação seria um desmentido cabal aos que dizem que as finanças do Paraná vão muito mal. Provavelmente não concordarão com seu inusitado otimismo os credores que, no ano passado, não conseguiram receber do governo R\$ 1,1 bilhão — dentre os quais empreiteiros de obras públicas e até donos de postos de gasolina e de pequenas oficinas. Quando estes credores vão receber e quando as obras paradas serão retomadas ainda não se sabe. Talvez a secretária da Fazenda, Jozélia Nogueira, dê alguma notícia às vítimas quando for à Assembleia Legislativa do Paraná, no próximo dia 25.

**CONTINUA**

06 FEV 2014

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CELSO NASCIMENTO

## Digitais

**D**igitais do Palácio Iguaçu foram reconhecidas pelo desembargador Edson Vidal Pinto — agora eleito presidente do Tribunal Regional Eleitoral — no processo em que ele determinou a retirada do Facebook de duas páginas dedicadas a atacar a então ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, virtual candidata ao governo estadual pelo PT.

O mesmo desembargador já havia concedido a liminar e agora, julgando o mérito, foi direto ao assunto, conforme consta do acórdão publicado semana passada: o autor dos falsos perfis do Facebook era o jornalista José Gilberto Maciel, servidor comissionado do governo estadual lotado na Agência Estadual de Notícias. O governo já avisou que seu jornalista trabalhava por conta própria neste projeto.

Entretanto, o primeiro rastro de sua atuação “oficial” foi encontrado quando, por determinação da Justiça, o

Facebook foi obrigado a revelar que o conteúdo que alimentava as páginas, de ataques “flagrantemente [...] grosseiros” contra Gleisi Hoffmann provinha de computadores do governo do estado (os IPs, endereços que identificam as máquinas, pertencem à Celepar, a empresa de informática do governo do estado).

E mais revelaram à Justiça os administradores do Facebook: estranhamente, saiu do cartão bancário pessoal do servidor o pagamento de R\$ 4.600,00 para a manutenção das páginas.

Os advogados da senadora Gleisi Hoffmann, Luiz Fernando Pereira e Gustavo Guedes, antecipam o próximo passo: por se tratar de um “escancarado uso da máquina pública em benefício eleitoral do governador, atacando potenciais adversários, a ideia agora é representar pela improbidade administrativa”, diz ele.

## 1091

Quando o Órgão Especial do TJ já caminhava para manter a liminar que afastou o ex-deputado Fabio Camargo de sua cadeira no Tribunal de Contas, em razão de supostas irregularidades na sua eleição pela Assembleia, um desembargador paralisou a votação ao pedir vistas.

06 FEV 2014

# GAZETA DO POVO

## Assembleia estica licença de servidor condenado por formar quadrilha

Ex-diretor da Assembleia, Claudio Marques da Silva recebeu uma pena de mais de 18 anos de prisão. Ele está cedido para a Secretaria do Trabalho

*José Marcos Lopes*

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) prorrogou a licença do servidor Claudio Marques da Silva, um dos condenados no caso dos Diários Secretos, para a Secretaria de Estado do Trabalho. A prorrogação, até 31 de dezembro deste ano, foi publicada na edição do dia 29 de janeiro do Diário Oficial da Alep. Marques da Silva foi condenado em agosto do ano passado a 18 anos, 11 meses e 20 dias de prisão pelos crimes de formação de quadrilha, peculato e lavagem de dinheiro.

A assessoria da Assembleia informou que Marques da Silva, que foi diretor de pessoal da Casa, integra um grupo de servidores à disposição de outros órgãos desde que foi feito o recadastramento dos funcionários,

em 2010, depois que a *Gazeta do Povo* e a RPC TV divulgaram a série *Diários Secretos*. De acordo com a assessoria, os casos de supostos funcionários fantasmas foram encaminhados ao Ministério Público do Paraná. No caso de Marques da Silva, a Casa aguarda o desfecho no processo na Justiça, já que o servidor foi condenado em primeira instância e ainda pode recorrer.

O salário do ex-diretor de pessoal, no valor de R\$ 6.974,42, seguirá sendo pago pela Assembleia. Segundo a assessoria da Secretaria do Trabalho, Marques da Silva ocupa um cargo de assessor na Diretoria Geral do órgão. A assessoria informou que ele entrou em férias na última segunda-feira e só retornará às atividades no dia 4 de março. A pasta é comandada por Luiz Claudio Romanelli, deputado licenciado.

### Condenações

Além dele, foram condenados por peculato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro o ex-diretor-geral da Alep Abib Miguel, conhecido como Bibinho, e o ex-diretor administrativo José Ary Nassiff. Bibinho foi condenado ainda a pagar as custas do processo e

1.117 multas, no valor de 223 salários mínimos. Nassiff e Marques da Silva também deverão pagar 1.093 multas (o valor não foi divulgado pela Justiça). Em agosto de 2012, oito ex-funcionários fantasmas da Casa também foram condenados.

### DENÚNCIAS

A série de reportagens *Diários Secretos* revelou um esquema de corrupção que, pelas estimativas do Ministério Público, resultou no desvio de pelo menos R\$ 200 milhões. Os diários oficiais da Alep não eram públicos. Os documentos foram reunidos, digitados e organizados pela equipe de jornalistas da *Gazeta do Povo* e da RPC TV.

06 FEV 2014

# GAZETA DO POVO

➤ PROCESSO CIVIL

## Código irá manter segredo de justiça

A Câmara dos Deputados manteve ontem, na reforma do Código de Processo Civil, a previsão para que os processos possam ficar sob segredo de justiça “quando exigir o interesse público ou social”.

O PPS tentou derrubar a medida, tornando todos os processos públicos. A maioria dos deputados, no entanto, rejeitou a mudança.

“O segredo de justiça, portanto, deve ser uma exceção à obrigatoriedade de divulgação e de publicidade dos atos processuais. Em nosso país, o segredo de Justiça virou regra quando se trata de suspeita de mal feitos de políticos e de administradores públicos”, argumentava o recurso do PPS.

“Estamos preocupados com a elasticidade desta norma. Temos de ficar na exceção e não transformá-lo em regra”, afirmou o líder do PPS, Rubens Bueno (PR).

O relator da reforma, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), afirmou que a norma apenas repete o que diz a Constituição. “Se houver uma disposição contrária no CPC, haverá recursos pela garantia constitucional.”

# 1973

é o ano de publicação do Código de Processo Civil. O texto regula o que acontece nos tribunais envolvendo processos civis e a forma como juízes e partes devem tratar a ação.

## MARANHÃO

### Dois são condenados pela morte do jornalista Décio Sá

Após quase três dias de julgamento, Jhonathan Silva e Marcos Bruno Silva foram considerados culpados, ontem, pela morte do jornalista Décio Sá, assassinado em abril de 2012, num bar em São Luís (MA). Jhonathan, réu confesso, pegou 25 anos e três meses de prisão e Marcos Bruno, acusado de dar fuga a Jhonathan, 18 anos e três meses. Segundo a polícia, Décio Sá foi executado porque denunciou que o assassinato do empresário piauiense Fábio Brasil estava ligado à rede de agiotagem que José Raimundo Sales Chaves Júnior comandava em mais de 40 prefeituras do Maranhão.

06 FEV 2014

# GAZETA DO POVO

## Fundo Penitenciário não libera verba para o Paraná desde 2009

Contingenciamento de recursos, que atinge também outros estados, é apontado como um dos fatores que agravam a crise carcerária no país

Diego Ribeiro

Desde 2009 não há registro na Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná (Seju) de verba liberada do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para investimento no estado. Naquele ano, foi autorizada a aplicação de recursos na ordem de R\$ 1,7 milhão em cinco projetos diferentes. Nenhum deles para construção de presídios e apenas um visava à capacitação de presos. O contingenciamento da verba do Funpen é apontado como um dos fatores que agravam ainda mais a crise penitenciária nacional, ao lado de problemas latentes, como a superlotação e o controle das facções criminosas.

Até o dia 17 de dezembro de 2013, segundo a ONG Contas Abertas, apenas 18,6% dos recursos do Funpen foram desembolsados no país. Ao todo, R\$ 384,2 milhões foram liberados, porém, apenas R\$ 70,6 milhões foram pagos, incluindo compromissos assumidos em anos anteriores.

De acordo com a ONG, entre 2001 e 2012 os orçamentos do fundo aprovados pelo Congresso somaram R\$ 4,1 bilhões, mas nem metade disso chegou a ser aplicado — R\$ 1,8 bilhão foi destinado aos estados.

Especialistas alertam que o baixo investimento repercute diretamente na tentativa de conter a crise carcerária. Para reinserir o detento na sociedade, é preciso manter uma estrutura carcerária em que ele não piore, mas melhore o comportamento, e esteja a salvo de facções criminosas.

Para mudar o quadro são precisos investimentos vultuosos que, em tese, poderiam vir justamente do Funpen. Em entrevista recente ao jornal *O Globo*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes ressaltou que há R\$ 2 bilhões parados no Funpen. No anteprojeto de reforma da Lei de Execução Penal (em trâmite no Senado), de relatoria da própria secretária da Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, há uma proposta que veta o contingenciamento desses recursos.

### Consequências

O cientista político e professor do programa de mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade

do Vale do Itajaí (Univali) Eduardo Guerini critica a gestão orçamentária brasileira e a capacidade de cobrança dos governadores. “Há uma inapetência administrativa com incompetência política. Só quando aparece o problema, como em Pedrinhas, no Maranhão, o governo age. Política sazonal”, afirma.

Na avaliação dele, a retenção de verba nos fundos é usada para disfarçar os números da economia brasileira. “A maior parte do superávit foi maquiado por contingenciamento de verba de ministérios e do orçamento que são prioritárias. Isso ocorreu não só na segurança, mas na saúde e educação”, ressalta Guerini. O especialista lembra ainda que é necessário aprofundar o debate e seguir o caminho da redução de penas que privem a liberdade.

A *Gazeta do Povo* pediu ao Ministério da Justiça, por e-mail e por telefone, explicações sobre os critérios usados para o repasse do Funpen aos estados, além de solicitar qual o atual saldo do fundo. Mesmo procurada várias vezes, a assessoria não retornou.

**CONTINUA**

# 06 FEV 2014

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

#### HISTÓRICO

O Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) não abre o caixa para o Paraná desde 2009, quando foram autorizados investimentos por convênio. O contingenciamento desse recurso é a principal reclamação dos secretários de Justiça dos estados brasileiros. Especula-se que o Funpen tenha quase R\$ 2 bi em caixa. Confira o último investimento realizado no estado:

#### MUDANÇA

##### Sistema penitenciário pode seguir modelo de repasse adotado na educação

A secretária de Estado da Justiça e Cidadania e presidente do Colégio Nacional dos Secretários de Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, deve tentar viabilizar em Brasília uma mudança na forma de repasse do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Atualmente, o repasse é feito mediante apresentação de projetos e aprovação de convênios. Entretanto, o objetivo é viabilizar o repasse aos moldes do que é feito no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O Fundeb tem repasse periódico, semanalmente, mensalmente e a cada dez dias, conforme a atualização dos valores nas fontes que dão origem ao fundo como o IPVA e o ICMS. A distribuição do recurso é feita com base no número de alunos da educação básica pública – no caso dos municípios pelo total de alunos da educação infantil e fundamental e, no estado, pelo total de estudantes no ensino fundamental e médio. Maria Tereza argumenta que os recursos do Funpen deveriam ser repassados com base no número de presos condenados pela Justiça Federal presentes no estado, pelo número de estrangeiros e detentos condenados em outras unidades da federação que permanecem no Paraná. "O repasse do Funpen poderia ser mais rápido se houvesse uma alteração legislativa para permitir a transferência do fundo nacional para o estadual", explica Maria Tereza. De acordo com ela, o fundo estadual teria mais agilidade para aplicação dos recursos, principalmente, nas questões emergenciais. (DR)



CONTINUA



06 FEV 2014

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## INVESTIMENTO

**PR é o terceiro estado que mais recebeu verba para presídios**

*Felippe Aníbal*

O Paraná é o terceiro estado que mais recebeu recursos do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional: R\$ 130 milhões. Essas verbas não têm origem no Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Deste total, R\$ 116 milhões serão usados na construção de seis centros de ressocialização (destinados a receber presos do regime semiaberto) e de seis cadeias públicas (para presos provisórios), além da ampliação de oito penitenciárias. Desde 2011, quando foi criado, o programa liberou R\$ 1,2 bilhão, para 25 estados.

As novas unidades no Paraná, no entanto, ainda não saíram do papel – estão todas em fase de licitação. Os recursos haviam sido anunciados em 2011, mas estavam retidos no Ministério da Justiça porque o estado ainda não havia apresentado os projetos. A verba finalmente foi liberada em outubro do

ano passado. Assim que concluídas, as obras terão criado 12 mil vagas no sistema prisional paranaense.

Na ocasião, a secretária estadual da Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, explicou que os projetos precisaram passar por uma revisão, porque os custos estimados inviabilizavam as obras. Com a readequação, os custos por vaga criada no regime fechado (presídios) caíram de R\$ 36 mil para R\$ 28 mil. Em recente entrevista à **Gazeta do Povo**, ela reconheceu o investimento feito pelo Ministério da Justiça no Paraná por outros programas, mas destacou que é preciso descontingenciar o Funpen para que a verba seja empregada de forma constante.

### Outros estados

Com R\$ 236 milhões, São Paulo é a unidade da federação que mais recebeu verbas do Programa Nacional. O dinheiro vai financiar a execução de 11 projetos penitenciários naquele estado. Em seguida, aparece Minas, com R\$ 137 milhões, que serão aplicados em 15 obras.

R\$ 1,8  
BILHÃO

foi liberado pelo Funpen aos estados entre 2001 e 2012. Durante este período, porém, o orçamento aprovado era de R\$ 4,1 bilhões.

# GAZETA DO POVO

## **Vistoria constata epidemia de sarna em carceragem superlotada**

Uma vistoria realizada ontem na carceragem da delegacia de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, constatou uma epidemia de sarna entre os presos da unidade. Segundo membros do Conselho da Comunidade na Execução Penal e da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pelo menos a metade dos detentos apresentava indícios de estarem com a doença em estágio avançado. A superlotação, a insalubridade e o calor no interior do cárcere também chamaram a atenção dos advogados.

A cadeia conta com quatro celas, com capacidade total para 16 presos. Segundo as comissões, no entanto, 97 homens estão detidos no distrito. Destes, 23 já foram condenados pela Justiça, ou seja, deveriam ter sido removidos para um presídio.

A epidemia de sarna e a superlotação foram comunicados ao Departamento Penitenciário (Depen) e à Divisão Metropolitana, da Polícia Civil. Segundo as comissões, o Depen se comprometeu a transferir os 23 presos condenados até amanhã. Um médico também deve ser enviado à delegacia.

**“Os presos estavam com sarna, principalmente embaixo dos braços e nas costas. Mas alguns tinham [a doença] até na cabeça. Muitos já estavam com bolsas de pus. Desumano é pouco para descrever o que vimos.”**

Isabel Kügler Mendes, advogada da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

# 06 FEV 2014

## **Comissão vai analisar situação do sistema prisional no Brasil**

41% dos presos no Brasil, no ano passado, eram provisórios, ou seja, ainda aguardavam julgamento. O número equivale a 229,3 mil detentos, de um total de 548 mil. Por outro lado, o número de vagas em 2012 no sistema prisional era de 310,6 mil.

Os problemas no sistema penitenciário brasileiro vão ser analisados por uma comissão com representantes de órgãos do governo e da sociedade civil. A comissão faz parte do programa Segurança sem Violência, lançado na manhã de ontem no Conselho Nacional do Ministério Público, e terá 30 dias para apresentar um plano de atuação. Além do CNMP, a comissão terá representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Ministério da Justiça, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da defensoria pública e dos governos estaduais.

A comissão precisará detalhar e definir algumas metas. Entre seus objetivos está o aumento do número de vagas e melhoria das condições carcerárias; a melhoria da assistência jurídica prestada aos presos e reinserção social, com investimento na profissionalização e na educação de detentos.

# GAZETA DO POVO

## Não há heróis na Papuda

06 FEV 2014

Ao contrário do que insistem os petistas, os mensaleiros não são mártires condenados por um tribunal de exceção; são criminosos que lesaram gravemente a democracia brasileira

**A** Penitenciária da Papuda, em Brasília, tem desde terça-feira mais um mensaleiro como hóspede: João Paulo Cunha, deputado federal e ex-presidente da Câmara. O petista, condenado em caráter definitivo a 6 anos e 4 meses de prisão por peculato e corrupção no contrato da Câmara Federal com a agência de publicidade de Marcos Valério, apresentou-se poucas horas após a assinatura de seu mandado de prisão expedido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. Ele ainda espera a análise de um embargo infringente e poderá ter acrescidos à sua pena mais 3 anos de prisão por lavagem de dinheiro.

Como já se tornou praxe entre os mensaleiros petistas, Cunha fez questão de reafirmar a inocência e atacou a legitimidade do julgamento do STF que o condenou juntamente com outros 24 envolvidos no mensalão, esquema para compra de votos de parlamentares para a aprovação de projetos governistas. Em carta divulgada pouco antes de se entregar, o deputado afirmou categoricamente ter sido condenado em um “julgamento político” — em uma flagrante contradição com as declarações de dois dias atrás, em artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, quando reconheceu que “formalmente vivemos em um Estado Democrático de Direito, que garante o diálogo entre o juiz e o réu”.

No ano passado, quando José Dirceu e José Genoino foram presos, também se autoproclamaram “presos políticos”, num flagrante desrespeito pelo STF. Desrespeito, aliás, também demonstrado pelo deputado paranaense André Vargas, vice-presidente da Câmara, na reabertura dos trabalhos do Congresso na segunda-feira. Durante a cerimônia, Vargas teve um comportamento no mínimo inadequado ao lado do ministro Joaquim Barbosa. Com o punho cerrado e erguido, mesmo gesto adotado por Dirceu e Genoino quando foram presos, o deputado paranaense parecia desafiar o presidente do Supremo. Em mensagens de texto, enviadas durante a cerimônia

e registradas por fotógrafos, o petista teria sugerido querer “dar um cotovelada” em Joaquim Barbosa. Vindas de partidários apaixonados dos mensaleiros, as atitudes de Vargas poderiam ser taxadas de falta de educação, mas, tratando-se de um político em pleno exercício de mandato e vice-presidente da Câmara Federal, se esperava ao menos uma demonstração de respeito pelas instituições do país.

Embora seja compreensível que os condenados na Ação Penal 470 e seus partidários não tenham ficado satisfeitos com as penas recebidas, causa espanto a exaustiva tentativa de denegrir a legitimidade do julgamento do STF e defender a tese de que o mensalão não passa de uma fantasia roteirizada por supostos inimigos do projeto petista de governo. Nada mais falso. O Brasil não é uma ditadura — para desalento de alguns ex-guerrilheiros e hoje mensaleiros que queriam implantar o regime comunista no país décadas atrás — onde existem tribunais de exceção. Cunha, em sua carta de terça-feira, afirmou que “o Estado Democrático de Direito foi desrespeitado quando se limitou o direito à ampla defesa”, outro grande engano. A democracia brasileira, embora jovem, concede, sim, pleno direito à defesa, ainda mais efetiva quando o réu possui meios para contratar os mais conceituados advogados, como os que defenderam os petistas durante o julgamento do mensalão. Tanto é verdade que a defesa de Cunha pôde apresentar um embargo infringente ao STF. A corte aceitou o recurso, que deverá ser analisado em breve e pode reverter a condenação a 3 anos de prisão por lavagem de dinheiro. Não são características de um tribunal de exceção, nem de um julgamento político.

O mensalão não é um conto da carochinha — quem dera que o fosse! — inventado por ministros malvados do STF para martirizar os paladinos petistas da moralidade e da justiça social. Aliás, até o líder-mor do partido, o ex-presidente Lula, quando o escândalo atingiu o auge, chegou a dizer que o PT deveria desculpar-se com a nação. Pena que o momento de lucidez se esvaneceu rapidamente, dando lugar à encarniçada sanha por desmentir a existência do esquema de corrupção e forjar um papel heroico aos mensaleiros. Na Penitenciária da Papuda não há heróis vítimas de perseguição política. Há réus condenados por um dos maiores esquemas de corrupção da política brasileira e que lesou gravemente a democracia.

06 FEV 2014

BEMPARANÁ

# Governo libera R\$ 200 milhões para precatórios

“O Estado do Paraná possui 2.550 precatórios inscritos aguardando pagamento. Com essa medida, cerca de 50% serão quitados”.

do governador  
Beto Richa (PSDB)

Medida quita 1.300 débitos, ou 50% das dívidas inscritas atualmente,

Ivan Santos  
política@bemparana.com.br

**segundo governador**

O governador Beto Richa autorizou ontem a liberação de R\$ 200 milhões para quitar 1.300 débitos de precatórios. A medida atende pessoas que, segundo o governo, aguardam há quase 20 anos o pagamento de dívidas trabalhistas, alimentares e cíveis. Os pagamentos serão feitos do menor para o maior valor, a partir de R\$ 28 mil.

“A quitação dos precatórios resolve uma situação há muito tempo pendente. O Estado do Paraná possui 2.550 precatórios inscritos aguardando pagamento. Com essa medida, cerca de 50% serão quitados”, disse o governador. Segundo ele, o Estado começou a regularizar o pagamento de precatórios somente em 2010 e paga cerca de R\$ 500 milhões por ano com as dívidas.

Os recursos que serão utilizados para o pagamento estão depositados numa conta sob a responsabilidade do Tribunal de Justiça do Paraná, que já manifestou estar de acordo com a medida. A oficialização dos pagamentos foi feita através do decreto 10.032, assinado por Richa.

O governo estadual é obrigado a repassar mensalmente 2% da receita corrente líquida para quitar as dívidas judiciais. Isso representa um desembolso de cerca de R\$ 40 milhões por mês. Metade desses recursos é utilizado para pagamento cronológico dos precatórios e outra metade é usado para quitar dívidas de menores valores ou para acordos com empresas.

O saldo atual da conta controlada pelo TJ para essa

finalidade é de R\$ 400 milhões. A partir de agora, cada caso será analisado particularmente para atualização dos valores, levando em consideração juros e correção monetária.

**Terrorismo** — Segundo o líder do governo na Assembleia Legislativa, a decisão mostra que ao contrário do que afirma a oposição, as dificuldades de caixa do governo não são assim tão sérias. De acordo com informações da secretária da Fazenda, Jozélia Nogueira, o Estado começou o ano com uma dívida de R\$ 1,1 bilhão com fornecedores de bens e serviços. “Para um governo que tem um orçamento de quase R\$ 39 bilhões o valor anunciado de comprometimento não é muito. Em questão de dois, três meses se resolve. Querem imputar uma situação desastrosa. A oposição faz terrorismo”, disse Traiano.

06 FEV 2014

## BEMPARANÁ

### Facebook

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) publicou a decisão do processo que pedia a suspensão de dois perfis na rede social Facebook — “Gleisi Não” e “Gleisi Indelicada” — que teriam o objetivo de atingir a imagem de Gleisi Hoffmann. O texto do relator da matéria, desembargador Edson Vidal Pinto, diz que “houve flagrante violação ao direito de personalidade, ao ridicularizar a reclamante com referências grosseiras que transbordam os limites do livre exercício da liberdade de expressão (...) com explícita propaganda negativa, capaz de fazer pensar nas próximas eleições”. O TRE determinou a quebra de sigilo dos responsáveis pelas publicações nas duas páginas, a informação pelo Facebook dos IPs e os valores gastos com o patrocínio da página.

06 FEV 2014

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Richa libera R\$ 200 milhões para precatórios

O governador Beto Richa autorizou ontem a liberação de R\$ 200 milhões para quitar 1.300 débitos de precatórios. A medida atende pessoas que aguardam há quase 20 anos o pagamento de dívidas trabalhistas, alimentares e cíveis. Os pagamentos serão feitos do menor para o maior valor, a partir de R\$ 28 mil.

"A quitação dos precatórios resolve uma situação há muito tempo pendente. É uma demonstração de respeito com muitas pessoas que tinham perdido a esperança de receber o benefício", disse o governador Beto Richa. O Estado do Paraná possui 2.550 precatórios inscritos aguardando pagamento. Com essa medida, cerca de 50% serão quitados. O Estado começou a regularizar o pagamento de precatórios somente em 2010 e paga cerca de R\$ 500 milhões por ano com as dívidas.

## TRIBUNA DO PARANÁ

TRIBUNINHAS

### PRECATÓRIOS

O governador Beto Richa autorizou a liberação de R\$ 200 milhões para quitar 1.300 débitos de precatórios. A medida atende pessoas que aguardavam o pagamento de dívidas trabalhistas, alimentares e cíveis. O governo é obrigado a repassar mensalmente 2% da receita corrente líquida para quitar as dívidas judiciais, o que representa cerca de R\$ 40 milhões por mês.

06 FEV 2014

# METRO

## **Crime eleitoral. Galdino perde no TSE e pode ter seu mandato cassado**

O vereador Professor Galdino (PSDB) teve um recurso negado na terça-feira, no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), e agora pode ter seu mandato na Câmara cassado. O parlamentar se defende de uma condenação por ter desobedecido uma ordem judicial durante um campanha em Bituruna, região Sul do Paraná, em 2011. Ele estava fazendo campanha para um aliado usando uma caixa de som no dia anterior às eleições, o que é irregular.

Durante o processo, Galdino foi condenado ao pagamento de cestas básicas, mas com a pena também perdeu seus direitos políticos. A denúncia foi feita pelo MPE (Ministério Público Eleitoral), que pede a cassação.

Ontem, o TRE (Tribunal Regional Eleitoral) disse que ainda vai esperar receber detalhes do processo para se pronunciar. Já o vereador não foi encontrado para comentar o caso.

06 FEV 2014

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Juiz condena município a isentar IPTU de imóveis do SENAI

Sentença proferida pelo juiz Emerson Ricardo Fernandes, em regime de mutirão pela 3ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos de Campo Grande, condenou o Município de Campo Grande a declarar o direito do SENAI de Mato Grosso do Sul à imunidade do IPTU sobre seus imóveis, desde que utilizados para finalidade institucional.

O autor narrou que recebeu uma cobrança do IPTU e que havia outros débitos com o réu. Aduziu, porém, que é uma instituição de educação integrante da administração pública indireta, motivo pelo qual teria direito de imunidade tributária, instituída pela Constituição Federal, sendo que tais tributos não poderiam ser cobrados.

Em contestação, o Município de Campo Grande pediu pela improcedência dos pedidos, uma vez que o autor não demonstrou os requisitos exigidos para desfrutar da imunidade.

Ao analisar os autos, o magistrado observou que o SENAI é uma pessoa jurídica de direito privado de cooperação governamental, e que colabora com o Poder Público no desenvolvimento de atividades educacionais para o trabalho, que é de interesse coletivo e beneficia grupos sociais e profissionais.

Fica claro que o requerente não é uma entidade de caráter econômico, pois o seu objetivo não é a distribuição de lucro.

### PANORAMA POLÍTICO

#### CONCORRIDO

*Um concurso a ser realizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná visando a contratação de 160 técnicos judiciários, com inscrições de 65 mil pessoas entre julho e agosto passado, será aplicado pela Universidade Federal do Paraná. Prejudicado pelos problemas vividos nesse ínterim, com mudança de direção do TJ paranaense, retardando sua realização, anuncia-se agora que deverá ocorrer ainda neste semestre. Serão 406 candidatos na disputa de cada vaga.*



06 FEV 2014

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# STJ: Ação penal por descaminho não depende de processo administrativo

“A configuração do crime de descaminho, por ser formal, independe da apuração administrativo-fiscal do valor do imposto iludido.” Com esse entendimento, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido de trancamento de ação penal que alegava não existir condição objetiva de punibilidade para o crime antes da conclusão do procedimento administrativo.

No caso, o acusado foi surpreendido em seu carro, por policiais militares, com produtos irregularmente importados. Foi condenado pela prática de delito do artigo 334 do Código Penal com pena de um ano de reclusão, em regime inicial aberto, que foi substituída por uma restritiva de direitos – prestação de serviços à comunidade.

Contra essa sentença, a defesa

interpôs apelação e o acórdão manteve o mesmo entendimento de que “a conclusão do processo administrativo não é condição de procedibilidade para a deflagração do processo-crime pela prática de delito do artigo 334 do Código Penal, tampouco a constituição definitiva do crédito tributário é, no caso, pressuposto ou condição objetiva de punibilidade”.

06 FEV 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Foragido há três meses, ex-diretor do BB é preso na Itália

Henrique Pizzolato estava com o passaporte de um irmão morto há 35 anos em um acidente no Paraná

**Documentos que lhe garantiram a fuga foram falsificados desde 2007, cinco anos antes da condenação**

**GRACILIANO ROCHA**  
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DE PARIS  
**FERNANDA ODILLA**  
**NATUZA NERY**  
DE BRASÍLIA

Foragido desde novembro de 2013, Henrique Pizzolato, o ex-diretor do Banco do Brasil condenado pelo mensalão, foi preso na manhã de ontem em Maranello, a 322 Km de Roma, portando um passaporte em nome de Celso, irmão morto há 35 anos.

Segundo a Polícia Federal, Pizzolato começou a falsificar a documentação que lhe garantiu a fuga em novembro de 2007, três meses depois de ter virado réu no Supremo Tribunal Federal (STF).

Primeiro, ele tirou o documento de identidade, o CPF e o título de eleitor em nome do irmão. Em 2008, emitiu um passaporte brasileiro em nome de Celso e, em 2010, um documento italiano, também em nome do irmão.

Condenado a 12 anos e sete meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro, Pizzolato deixou o Brasil em 11 de setembro de 2013,

mais de dois meses antes de o STF expedir o pedido de prisão contra ele.

Segundo a PF, foi a partir de Dionísio Cerqueira (SC) que o ex-diretor do BB deixou o Brasil. Ele percorreu 1.300 quilômetros por terra até chegar a Buenos Aires. Na noite de 12 de setembro, pegou um voo para Barcelona.

A PF não sabe se ele entrou na Itália por céu ou terra. No dia 14 de setembro, Henrique Pizzolato já estava na Itália, onde comunicou à polícia que seus documentos (em nome de Henrique) haviam sido furtados na Espanha.

“Não havia nenhum registro de entrada de Henrique Pizzolato em nenhum lugar do mundo. Faltava essa peça para fechar o quebra-cabeça”, explicou ontem o delegado Luiz Cravo Dórea, coordenador-geral de cooperação internacional da PF.

### ACIDENTE

Segundo Dórea, foi a partir de uma informação da Itália que o mistério foi desfeito. A Itália avisou o Brasil que, em 2013, Celso Pizzolato requisitou a mudança de status para cidadão residente na Itália. A PF foi atrás de Celso, quando descobriu que ele havia morrido em um acidente de carro no Paraná.

Registros da entrada e saída de Pizzolato na Argentina foram cruzados com as impressões digitais dele e do ir-

mão. Concluiu-se, então, que o fugitivo estava na Itália com a documentação de Celso.

Anteontem, surgiu a pista derradeira sobre o paradeiro de Pizzolato. A PF foi informada que um carro em nome da mulher dele, Andrea Eunice Haas, estava em Maranello. O Ponto vermelho tinha placa de Málaga, na Espanha, país onde a mulher de Pizzolato estava antes da fuga dele do Brasil.

Ambos haviam solicitado em 2010 autorização de residência na Espanha, o que fez a polícia incluir o país na investigação.

Pizzolato foi encontrado na casa do sobrinho Fernando Grando, funcionário da Ferrari em Maranello. Preso, inicialmente se identificou como Celso. Interrogado, contudo, logo admitiu a verdadeira identidade. No local foram localizados 15 mil euros.

A PF e a polícia italiana informaram que o ex-diretor do Banco do Brasil não foi preso por uso de documento falso, mas a pedido do Brasil para fins de extradição. Pizzolato, contudo, também vai responder por uso de documento falso na Itália.

Roberto Donati, oficial da polícia italiana no Brasil, explicou que o caso será entregue à Justiça italiana, responsável por definir o tempo que Pizzolato ficará preso.

A Folha, Lídia Pizzolato de Rossi, tia do ex-diretor do BB, disse ontem que ele “jogou o nome da família na lama”.

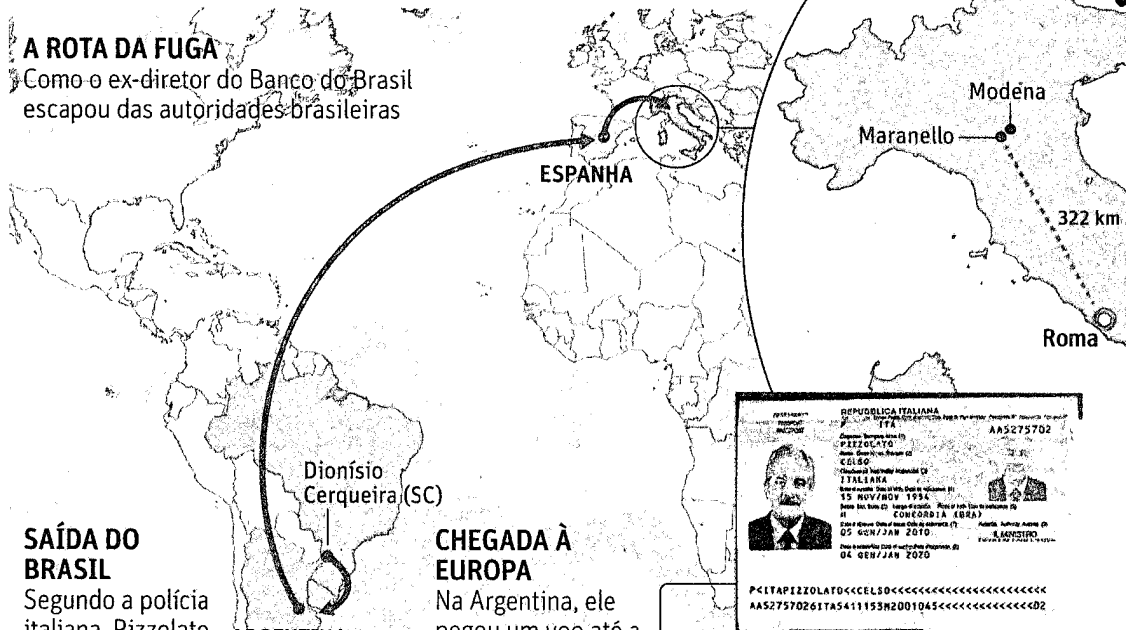
# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

# 06 FEV 2014

### CAPTURADO

Pizzolato é preso por policiais italianos



**A ROTA DA FUGA**  
Como o ex-diretor do Banco do Brasil escapou das autoridades brasileiras

**SAÍDA DO BRASIL**  
Segundo a polícia italiana, Pizzolato deixou o Brasil pela cidade de Dionísio Cerqueira (SC), onde cruzou a fronteira com a Argentina em 11.set

**CHEGADA À EUROPA**  
Na Argentina, ele pegou um voo até a Espanha. Para embarcar, Pizzolato usou o passaporte de um irmão morto há 36 anos em um acidente de trânsito



**REFÚGIO NA ITÁLIA**  
Da lá, Pizzolato seguiu para a Itália, onde possui cidadania. Disse que buscaria novo julgamento no país

**O RASTRO**  
As polícias federais do Brasil e da Itália chegaram até Pizzolato após descobrir que ele havia falsificado uma série de documentos do seu irmão morto

**POR QUE ELE FOI CONDENADO**  
Segundo o STF, autorizou, em 2003 e 2004, o repasse de R\$ 73,8 milhões que o Banco do Brasil tinha no fundo Visanet para uma agência de propaganda do empresário Marcos Valério que tinha contrato com o BB e foi usada para distribuir dinheiro do mensalão a políticos. Pizzolato recebeu R\$ 336 mil do esquema

**QUEM É PIZZOLATO**  
Ex-diretor do Banco do Brasil, foi condenado no mensalão a 12 anos e 7 meses de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e peculato

**O QUE ELE DISSE**  
O dinheiro que recebeu era destinado ao PT e foi entregue a um emissário do partido. Pizzolato sempre se queixou do fato de que outros executivos do banco autorizaram o repasse dos recursos do Visanet e não foram processados e nega que o dinheiro tenha sido desviado para o mensalão

**COMO ELE FOI PRESO**  
Anteontem, os policiais receberam a informação de que o ex-diretor estava no apartamento de um sobrinho na cidade de Maranello (a 322 km de Roma). Ele foi preso ontem e levado até Modena

06 FEV 2014

# FOLHA DE S. PAULO

ELIANE CANTANHEDE

## E agora?

**BRASILIA-** O Brasil ficou às escuras na terça e pegou fogo ontem.

A prisão de Henrique Pizzolato reacende o caso Battisti. Lula foi particularmente heterodoxo ao pressionar o STF para manter Battisti no Brasil, irritando a Itália. E agora?

Battisti, condenado à prisão perpétua no seu país por terrorismo e assassinato, foi tratado no Brasil como perseguido político. Pizzolato, condenado aqui por corrupção passiva, peculato e lavagem, fugiu dizendo-se vítima de “julgamento de exceção”.

Se o Brasil duvidou da Justiça italiana, a Itália pode duvidar da nossa. Com o agravante de que Pizzolato tem dupla nacionalidade, dificilmente será extraditado. Se não for tomar sorvete em Mônaco, vai levar um vidão na Itália. Dinheiro não lhe falta.

E estava escrito nas estrelas que nem todos os cubanos aceitariam passivamente que os outros estrangeiros do Mais Médicos ganhem várias vezes mais que eles. Pior: que o Brasil pague R\$ 10 mil para Cuba e eles embolsem R\$ 1 mil. E agora?

O governo Lula meteu os boxeadores cubanos num avião de Chávez e os despejou rapidinho no regime dos Castro. Mas a médica Ramona foi esperta: virou caso de mídia, de política e de Justiça antes que os governos —o dela e o nosso— acordassem.

Vai que a moda pega, não haverá apenas uma fila de médicos cubanos pedindo asilo ou refúgio, mas também um pandemônio na campanha do ex-ministro Alexandre Padilha ao governo de São Paulo. Sua principal bandeira já começa esgarçada.

Por falar em campanha, os maiores aplausos para Dilma no congresso do PT que a lançou em 2010 foi quando fechou a cara e jurou que nunca mais haveria apagão neste país. Aliás, ela fez toda sua carreira no setor de energia... E agora?

Há ainda a rebelião do PMDB, as suspeitas sobre a vaquinha dos mensaleiros petistas e, “last but not least”, a afronta do vice-presidente da Câmara ao presidente do STF. Ele trocou o papel institucional pelo de militante aloprado. E agora?

06 FEV 2014

# FOLHA DE S. PAULO

ROGÉRIO GENTILE

## O silêncio de Lula

**SÃO PAULO.** - As diversas demonstrações de solidariedade do PT não foram suficientes para eliminar, entre alguns mensaleiros e seus familiares, um certo ressentimento para com a conduta de Lula e de Dilma nestes anos todos.

Lula prometeu lá atrás que iria desmontar o que chamou de farsa do mensalão, mas nunca disse uma palavra além disso. Sempre que é questionado sobre a prisão dos colegas, o máximo que se permite afirmar é que algum dia falará algumas coisas sobre o assunto.

Dilma nem isso. Na comemoração da Proclamação da República, enquanto Dirceu, Genoio e companhia aguardavam o cumprimento dos seus mandados de prisão, fez questão de divulgar uma mensagem na qual afirmava que cabe à presidente "combater a corrupção". O instinto de autopreservação de Dilma, claro, falou mais alto.

Coube aos deputados Rui Falcão, André Vargas e a outros soldadinhos de chumbo de Lula o papel de passar a mão na cabeça dos condenados e agradar à parcela mais inflamada do petismo. Eles promovem vaquinhas, levantam o punho fechado para o alto e farão tudo o que a criatividade teatral lhes permitir para politizar o episódio e para tentar fazer prevalecer a versão de que os mensaleiros são vítimas de uma perseguição individual do presidente do STF, Joaquim Barbosa, devidamente apoiado pela "elite suja". Aliás, será que o fução Pizzolato vai merecer também algum tipo de homenagem do partido?

A divisão de tarefas, no entanto, com o silêncio de Dilma e de Lula, serve muito mais para contemplar objetivos políticos do PT do que para desagravar e reconfortar os condenados. Se dependesse exclusivamente da vontade do ex-presidente, de acordo com o elegante conselho que ele deu recentemente a um ex-ministro acusado de corrupção, todo o episódio do mensalão, da compra de apoio político pelo seu governo, já teria saído pela urina.

06 FEV 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### Jurista critica declarações de ministro do STF

MARINA DIAS  
DE SÃO PAULO

O advogado Celso Antônio Bandeira de Mello classificou como “escandalosas” as declarações do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes sobre possível lavagem de dinheiro nas doações feitas a petistas condenados pelo mensalão.

Professor da PUC-SP e amigo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o jurista disse à **Folha** que Mendes “faz acusações sem provas”. “Ele irroga a terceiros a prática de um crime sem indícios e isso, vindo de um ministro da Suprema Corte, é escandaloso”.

Bandeira de Mello também é amigo do ex-presidente do

PT José Genoíno e foi uma das 2.620 pessoas que doaram ao petista para ajudá-lo a pagar a multa de R\$ 667,5 mil imposta pela Justiça.

A doação de Bandeira de Mello foi no valor de R\$ 10 mil, quantia acordada entre outros advogados que participaram da campanha.

“Como doador, me senti ofendido, porque Gilmar Mendes lançou publicamente uma suspeita sem provas e fui atingido por ela. Estou chocado”, afirmou o jurista.

O ministro do STF disse que achava “muito esquisito” o fato de Genoíno e de o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares terem arrecadado, juntos, cerca de R\$ 1,7 milhão com “grande facilidade”.

Para ele, o sistema de doações deveria ser investigado pelo Ministério Público.

Os dois petistas promoveram campanhas de arrecadação em sites na internet que devem ser repetidas com o ex-ministro José Dirceu e o deputado João Paulo Cunha.

#### FALTA DE LÓGICA

Bandeira de Mello disse ainda que “não vê lógica” na tese sobre lavagem de dinheiro. “O montante é grande porque as pessoas que doaram consideraram o julgamento do mensalão injusto”.

O jurista afirmou que pretende doar para Dirceu e que só não doou para Delúbio porque “não era muito próximo” do ex-tesoureiro do PT.

### Justiça condena dois acusados de matar jornalista no Maranhão

**DE SÃO PAULO** - Dois dos acusados de matar o jornalista e blogueiro Décio Sá, em 2012, em São Luís (MA), foram condenados na madrugada de ontem.

O réu confesso do crime Jhonathan de Sousa Silva foi condenado a 23 anos e três meses. Marcos Bruno Silva de Oliveira, que levou o executor ao local do crime, foi condenado a 18 anos e três meses de prisão. Eles vão cumprir as penas em regime fechado.

O jornalista foi morto a tiros dentro de um restaurante em São Luís (MA) em abril de 2012. Ele era repórter de política do jornal “O Estado do Maranhão” e mantinha um blog.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública, um homem desceu da garupa de uma moto, entrou no restaurante e foi ao banheiro. Quando voltou disparou seis tiros, pelas costas, contra Sá e fugiu com o motociclista que o esperava. O matador não escondeu o rosto.

Sá mantinha havia cinco anos um dos blogs mais acessados do Estado. Nele veiculava textos sobre crimes e cotidiano. Segundo as investigações, um dos crimes divulgados por Sá foi cometido pelo grupo de agiotas preso no último dia 13. Segundo a polícia, o jornalista estava atralhando os negócios da quadrilha.